



## COMITÊ INTERFEDERATIVO

## ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Em vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, às catorze horas e quinze minutos, por meio de vídeo conferência e pela plataforma do YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=dzUCpr8lvpk&feature=youtu.be>, teve início a 61ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

## Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

## 1.1 Apresentação dos presentes, verificação do quórum, aprovação da Ata da 59ª Reunião Ordinária e leitura da Pauta.

<b>Discussão</b>	O Presidente Suplente do CIF, Thiago Carrion, cumprimentou a todos os presentes e após a verificação do quórum deu início aos trabalhos. Informou sobre a forma de condução da reunião virtual destacando que os membros do CIF possuem o direito garantido de fala e os demais presentes solicitam a fala por meio do chat do sistema Teams, ainda na primeira hora da reunião, destacando o item de pauta desejado. O Presidente Suplente questionou aos presentes sobre a existência de quaisquer objeções quanto à aprovação da ata referente à 60ª Reunião Ordinária do CIF.
<b>Aprovação</b>	Aprovada ata da 60ª Reunião Ordinária.

## Item 1 - PAUTAS DA PRESIDÊNCIA

## 1.2 Assuntos Gerais

<b>Discussão</b>	Moara Giasson informou sobre pedidos de alteração da ordem da pauta e sobre solicitação extrapauta por parte da Fundação Renova. Carlos Cenachi informou PMQACH. Foi acordado aguardar a entrada de membros da CT-Saúde para se manifestarem sobre inclusão do pedido extrapauta.
------------------	---

## Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA (CT-INFRA)

## 5.1. Informe de visitas técnicas da CT-Infra

<b>Discussão</b>	Ana Luiza Aguiar fez breve relato sobre as vistorias realizadas no âmbito de programas da CT-INFRA; no âmbito do PG08, membros da Câmara Técnica verificaram a construção de uma escola que já estava com percentual de 30% de execução e a antiga Paracatu que havia sido devastada pelo desastre. Visitaram reassentamento de comunidade de Mutirão e o terreno previsto para o projeto conceitual. No âmbito do PG09, houve apresentação da Samarco de alguns pontos e membros também visitaram o PG10, visitaram o parque de exposição de Barra Longa que já estava completo, com pendência apenas de aprovação pela prefeitura e pelo corpo de bombeiros. O representante dos atingidos, questionou se havia sido feito algum contato com pessoas atingidas para entendimento da visão dos beneficiários sobre a questão, ao que sendo viável naquele momento devido ao curto tempo das visitas e à falta de participação dos atingidos na Câmara Técnica, o que dificultou a ponte de comunicação. O representante informou sobre preocupação relativa a alocação de famílias tutoras de animais de uso em assentamentos rurais, assim como o destino dos animais e o reestabelecimento informou que havia diferentes possibilidades de atendimento, não se esgotando em assentamentos e afirmou que o contato com pessoas atingidas já estaria no âmbito dos trabalhos de visitas.
------------------	---

## Item 2 – FUNDAÇÃO RENOVA

## 2.1. Encerramento da Cláusula 68 (Criação da Ouvidoria), conforme definido pelo item 3 da Deliberação CIF nº 550.

<b>Discussão</b>	Carlos Cenachi informou sobre relatório da Ernst & Young sobre cumprimento da Cláusula 68 do TTAC – que já havia sido dada como cumprida pela CT-PDCS na Deliberação CIF nº 558 – no qual a auditoria atestava cumprimento das obrigações da cláusula, apenas com ressalva operacional. Marco Araújo, representante da E&Y informou que a ressalva tratava-se de questão de segurança do sistema que poderia ser sanada ao longo do tempo, não comprometendo a quitação da cláusula. Pedro Strozenberg fez relato sobre processo de criação da ouvidoria da Fundação Renova ao longo da reparação, cuja natureza seria dialogar com os atingidos buscando respostas individuais e coletivas para reparação, mostrando-se instância fundamental do diálogo. João Luiz Paste, coordenador da CT-PDCS, também registrou a concordância da Câmara Técnica em relação à aprovação do cumprimento. Mariângela de Lorenzo ressaltou a importância da ouvidoria no processo de reparação e também reforçou registros dos atingidos que não estavam obtendo respostas satisfatórias no contato com a ouvidoria da Fundação Renova, cabendo melhoras no atendimento ao público; por fim, o Presidente Suplente diferenciou a estrutura de ouvidoria proposta na Fundação Renova daquela executada dentro do Governo Federal, e colocou o Comitê à disposição para discutir o assunto oportunamente para esclarecimento ao público sobre o tema.
<b>Deliberação nº 591</b>	Aprovada sem objeções.

## SOLICITAÇÃO EXTRAPAUTA

## Solicitação de Ponto Extrapauta pela Fundação Renova em relação ao PMQACH

<b>Discussão</b>	Carlos Cenachi, representante da Fundação Renova, esclareceu que a solicitação tratava da remoção de alguns pontos atuais de monitoramento na região de Degredo, no âmbito do PMQACH. Luiz Fernando Prado, coordenador da CT-Saúde, afirmou que a Câmara Técnica não havia se preparado para abordar o tema e poderia ser contraproducente a inserção do tema, imputando atrasos à reunião. Thiago Carrion sugeriu postergação do tema para próxima pauta e preparação prévia por parte da Câmara Técnica de Saúde.
<b>Encaminhamento E61- EXTRA</b>	Pauta será apreciada na próxima Reunião Ordinária do CIF.

## Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA).

## 3.1. Análise das ações descritas pela Fundação Renova no documento intitulado “Revitalização da Cachoeira Camargos: Consolidação das Ações de Manejo e Monitoramento Finalizada” Plano de Trabalho.

<b>Discussão</b>	Luis Gabriel Mendoza, representante da SEMAD/MG, fez breve apresentação sobre os impactos sofridos pela Cachoeira Camargos, no Distrito de Caracaraçu haviam sido entregues em janeiro e o “As Is” em fevereiro, foram analisados pela CT-GRSA em Nota Técnica buscando pareceres técnicos em relação à revitalização. A respeito do plano de caracterização do solo, sedimentos e água superficial após execução do projeto de revitalização, amostragem não constavam. A CT verificou que o documento havia incorporado as solicitações quanto a ampliação dos parâmetros de amostragem de campanha, porém não consideravam como necessárias campanhas trimestrais, tal como proposto pela Fundação. Em relação a solo, solicitavam a previsão de avaliar a área como um todo; ainda, não faziam óbice ao número de pontos selecionados, no entanto, entendia-se que os mesmos careciam de
------------------	--

	localização. Por fim, a CT considerou o projeto detalhado <i>As Is</i> como tecnicamente satisfatório. Após alcance de consenso, foi alterada minuta de deliberação.
<b>Manifestação</b>	Melina Alencar informou que a Nota Técnica havia sido avaliada pela Fundação Renova e, em alinhamento mais cedo, havia consensuado junto ao repre da análise multi incremento e sim as que já haviam sido propostas com amostragem discreta, além de busca equidistância da malha amostral para monitoramento em toda a área.
<b>Deliberação nº 592</b>	Aprovada sem objeções.

**Item 4 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)****4.1. Apresentação do 5º boletim e relatório anual PMQACH - PG 14/PG 38**

<b>Discussão</b>	Alice Matos fez apresentação do boletim confeccionado pela Fundação Renova com dados de setembro de 2021 a janeiro de 2022, colocando 4 campanhas dentro de potabilidade, análise resumida das estações, mapa de monitoramento e a apresentação de um parâmetro para conhecer mais – chumbo. Foram 257 coletas nessa apresentação algum desvio, ou seja, 53% de insatisfação. Os resultados eram enviados às secretarias municipais de saúde, que compartilhavam com as instituições cobrando medidas. Em relação ao relatório técnico anual, a Fundação Renova trazia mais especificamente todos os pontos, relacionando tanto pontos com tratamento Rodolfo Zulske, destacou a importância de análises paralelas às da Fundação Renova, pois já haviam ocorrido problemas com relação à pesca. Alice Matos em água bruta e água tratada, ficando a análise de sedimentos à cargo da CT-GRSA. Margareth Saraiva questionou sobre a comunicação dessas informações com o sistema possíveis melhorias. Alice Matos reforçou sobre a comunicação com estados e municípios, descentralizando as informações.
------------------	---

**Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI).****6.3. Encerramento da Cláusula 142 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**

<b>Discussão</b>	Victor Prosdocimi, representante do Estado de Minas Gerais, fez apresentação de documentos entregues pela Fundação Renova de analisado pela CT-EI compromissos emergenciais extraordinários dos municípios atingidos. Informou que, em relatório da E&Y, foram identificadas pequenas inconsistências, porém tratavam-se de termos de quitação assinados pelos municípios, e os valores foram estabelecidos conforme diretrizes da Nota Técnica 062/2018/CT-EI. A CT-EI entendia pela planilha não sendo necessária correção da dívida pelo IPCA. Thays Coutinho, representante da E&Y informou que foi construída metodologia de cálculo que havia sido com dificuldades dos municípios de apresentar documentação comprobatória. Thiago Carrion questionou sobre a contemplação dos municípios atingidos incluídos: houvesse inclusão, o Comitê só poderia fazer uma aprovação parcial, deixando ressalvada a inclusão dos municípios restantes. Foram feitas leituras e possíveis itens e 143 do TTAC. Diante do impasse, foi feito pedido de vista pela mesa.
<b>Manifestação</b>	Carlos Cenachi informou que os municípios incluídos por deliberação foram considerados posteriormente ao TTAC e à cláusula, ainda, relatou as dificuldades com o município. Maria Leticia Mata informou que a cláusula 142 determinava que a Fundação Renova discutisse com os municípios impactados sobre ressarcimento cumprida.

Por fim, às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, o Presidente Suplente do CIF, Thiago Carrion, finalizou a reunião agradecendo à participação de todos. Em vinte e três de junho de dois mil e vinte e dois, às catorze horas e quinze minutos, por meio de vídeo conferência e pela plataforma Teams e transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=dz79fxmifil> teve início o segundo dia da 61ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

**Item 7 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO****7.1 Aprovação da “Expansão do Escritórios de Prefeitos no Estado do Espírito Santo” (CT-EI)**

<b>Discussão</b>	Hugo Tófoli fez apresentação do pleito de expansão do escritório do Fórum dos Prefeitos também para o território do Espírito Santo. A análise da solicitação culminou na Nota Técnica 103/2022/CT-EI; após aprovação da Nota Técnica, foi realizada reunião com a Fundação Renova na qual foi solicitado teto de valor para a deliberação, sendo delimitado na ordem de pouco mais de R\$ 1.000.000,00 em contrato de dois anos. Os moldes seguiriam os mesmos do escritório já localizado em Mariana/MG, sendo retiradas as despesas reembolsáveis à Diretoria do Fórum de Prefeitos, uma vez que os valores já estavam contemplados em Mariana. Margareth Saraiva explicou que o termo “reembolso” tratava-se apenas de uma nomenclatura orçamentária, mas na realidade tratavam-se de gastos de custeio (hospedagem, passagem, etc).
<b>Manifestação</b>	Wiliam Ramos informou tratar-se de um contrato de prestação de serviços com entidade de personalidade jurídica com linhas fixas: alocação de sala, funcionários, linha específica para viagens e logística, etc. A linha passava por medição mensal e, dentro da política de gestão da Fundação Renova, era feita alocação de recurso, e o trâmite era realizado internamente como um contrato de prestação de serviço da Fundação Renova. Inicialmente, foi pensado em contrato junto à FLACSO, Gerenciadora do Sistema CIF, porém a natureza foi considerada distinta e não há interlocução entre este contrato de prestação de serviço e o CIF. O escritório não estaria alocado dentro de um programa específico, mas tratava-se de articulação regional para dar maior capacidade administrativa aos municípios.
<b>Deliberação nº 593</b>	Aprovada sem objeções

**Item 7 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO****7.2. Aprovação do “Aditivo de valores e prazos ao Projeto de Apoio às Cadeia Produtivas Café e Pimenta do Reino em Assentamentos Rurais Capixabas”**

<b>Discussão</b>	Hugo Tófoli informou tratar-se de aditivo de projeto já aprovado e em curso, dando extensão de valores e prazos devido ao momento de pandemia, que imputou dificuldades financeiras e executoras. O aditivo representaria 37%, apresentado pela Fundação Renova e consensuado com a Câmara Técnica. Jadilson Lino questionou quais assentamentos do Espírito Santo estariam sendo contemplados no projeto e informou sobre relato de assentamento que havia sido excluído de programas da Fundação Renova. Thiago Carrion questionou se os valores haviam sido reajustados conforme IPCA, segundo o que determina o TTAC. Hugo Tófoli informou que foi utilizado o valor de mercado, e o IGMP foi usado para corroborar a justificativa. Em seguida, Severino Alves informou que não poderiam aprovar algo que fosse contrário ao ordenamento do TTAC. Margareth Saraiva sugeriu a retirada do ponto de pauta para que os itens que compunham a justificativa e o cálculo de correção fossem melhor apreciados pelos membros. Thiago Carrion informou que a delicadeza do fato residia em se tratar de recurso compensatório com teto, o que poderia abrir precedentes para liberar recursos desconhecendo o índice em que são corrigidos pelo TTAC, o que configuraria não somente correção de valores, mas também revisão do orçamento. Hugo Tófoli reforçou a preocupação com possível prejuízo ao projeto que já estava em curso, trazendo maiores prejuízos do que com futuros projetos que não viessem a entrar por falta de recurso. Thiago Carrion então frisou que o CIF não poderia se comprometer com a responsabilidade de atingimento do fim, pois essa situação exigiria maiores restrições e requisitos para aprovação de recurso.
<b>Manifestação</b>	Anízio Vianna informou que havia sido feito remanejamento de recurso dentro do programa para a demanda, e que o projeto já estava em curso, apresentando bons resultados. Em relação à exclusão de assentamentos, a Fundação Renova informou que apenas um assentamento específico havia sido retirado por decisão do Movimento Ecoterra, não havendo participação da Fundação Renova na decisão.
<b>Encaminhamento E61-7.2</b>	Ponto adiado para a próxima reunião para melhor avaliação da questão por parte dos membros do Comitê e da Câmara Técnica.

**Item 10 – CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO).****10.1. Avaliação do documento Plano de Ação para Recuperação e Conservação da Biodiversidade Aquática do rio Doce (PA rio Doce) e Análise sobre status de cumprimento da**

<b>Discussão</b>	Frederico Drummond fez apresentação do PA Rio Doce além de explicação sobre as obrigações da Cláusula 164 do TTAC e suas alíneas. A alínea “c” dispunha sobre medidas para recuperação e conservação da fauna aquática da bacia do rio doce conforme resultados da alínea “b”, que se referia sobre processos de avaliação do estado de conservação das espécies ameaçadas. O coordenador informou sobre pequeno dissenso restante do documento referente a texto
------------------	---

	considerado pela Câmara Técnica como desnecessário e passível de confusão pelo leitor. Frederico Drummond explicou que o tema não havia sido apreciado pela auditoria por não se tratar de encerramento de cláusula, mas de itens. Eduardo Perini, representante do IEMA, esclareceu que o texto poderia gerar confusão na definição da área de abrangência, não cabendo àquele local uma eventual proteção da Fundação Renova dentro do tema, uma vez que isso se dava em outros momentos do PG28; a intenção seria trazer clareza e objetividade em relação à área de abrangência. Ainda, colocou que, caso houvesse garantia jurídica de que a manutenção do texto não traria fragilidade ou não comprometeria a execução do processo, a CT buscaria o consenso. Foram feitas sugestões de ajustes do texto para construção de consenso entre Câmara Técnica e Fundação Renova. Thays Coutinho explicou sobre existência de fluxo para asseguarção de encerramento de alíneas, parágrafos e itens de cláusula pela auditoria, e que precisariam receber protocolo com taxonomia pela Fundação Renova para realizar. Moara Giasson sugeriu fazer ressalva na deliberação e depois levar novamente ao CIF. Frederico Drummond então sugeriu retirar a menção à alínea “c”, ficando esta pendente para o momento de entrega ao CIF de sumário executivo do plano de ação. Alterada minuta de deliberação após alcance de consenso.
<b>Manifestação</b>	Thiago Larangeira explicou que a Renova mantinha o entendimento pela necessidade da menção à Cláusula 164 para evitar possíveis dúvidas futuras sobre o processo de cumprimento da cláusula. Juliana Lima reforçou que o texto protegia a área de abrangência, e apenas tinham como intenção mencionar o processo de cumprimento da cláusula. Carlos Cenachi informou que a auditoria já havia verificado a alínea “b”, estando somente a alínea “c” pendente, e que havia previsão de adequação de todos os projetos até setembro segundo a taxonomia.
<b>Deliberação nº 594</b>	Aprovada sem objeções.

#### Item 10 – CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO).

##### 10.2. Nota Técnica Avaliação do documento do Segundo Relatório Anual (RA2020) do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Costeira Adjacente (PMBA/Fest-RRDM).

<b>Discussão</b>	João Carlos Thomé apresentou aprovação da Nota Técnica referente ao segundo ano do PMBA executado pela Rede Rio Doce Mar. Foram detectados 272 impactos entre ambientes dulcícola, costeiro e marinho; a grande maioria dos impactos têm abrangência espacial em escala regional e estavam afetando a base da cadeia trófica dos ambientes; têm evolução temporal em pleno curso, com efeitos crônicos, duradouros e de alta importância ecológica. A maioria dos impactos tem duração permanente, principalmente nos ambientes dulcícola e marinho. Concluíram que o monitoramento, atendendo ao TR e a suas adaptações, tem sido capaz de registrar os impactos e suas tendências ao longo dos anos, constando significativa alteração dos ambientes nos compartimentos água e sedimento, em consequente alteração da biota, que se refletia em menor diversidade das espécies. Também foi feita explicação dos impactos identificados nos três ambientes tal qual descritos na NT 08/2022, e exposição dos mapas de distribuição de impacto nos ambientes dulcícola e costeiro, explicando marcadores de toxicidade e alterações, além de mapa de identificação de áreas impactadas no âmbito do PMBA. Em seguida, Eduardo Perini fez apresentação do sistema de gestão e análise de dados, no qual constam informações atualizadas pela FEST, promovendo ferramenta de gestão, visualização e análise de dados de maneira mais eficaz. Fez apresentação da matriz analítica de resultado por ambiente expondo cada um dos impactos distribuído por categoria e por grau, desde impacto nulo até impacto crítica, permitindo uma visão consolidada dos impactos. Por fim, Frederico Drummond reforçou o acerto do Comitê ao ter defendido a permanência do PMBA e a manutenção do grupo de pesquisa. Ao final da apresentação, o Sr. Walkimar e Joice Lopes, atingidos, falaram sobre a importância da tomada de medidas em relação à contaminação, pois ter ciência dos dados apresentados era alarmante diante do cenário da comunidade em contato com o ambiente e consumindo pescado da região. Eduardo Perini esclareceu que os dados apresentados tratavam-se de dados biológicos, e que a identificação de contaminação nos grupos não necessariamente condiciona impacto no pescado e na saúde humana. João Carlos Thomé reforçou diferença entre contaminação – elementos estranhos ao meio que se alteram – e toxicidade – quando esses níveis afetam organismos, inclusive seres humanos. Por fim, Ludmilla Oliveira, representante do MPF, questionou sobre a divulgação dos dados, ao que Frederico Drummond respondeu como sendo uma vontade da Câmara Técnica, porém inviável no momento devido à política de gestão de dados.
<b>Manifestação</b>	Sem manifestações por parte da Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 595</b>	Aprovada sem objeções.

#### Item 10 – CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO).

##### 10.3. Análise do relatório “Avaliação dos Impactos do Rompimento da Barragem de Fundão nas Unidades de Conservação - Rebio Comboios” em atendimento à cláusula 181 do

<b>Discussão</b>	Frederico Drummond informou que os relatório em questão havia atendido às estruturas e recomendações feitas pela CT-Bio, ainda existindo melhorias necessárias, porém o relatório confirmava impactos relevantes nas Unidades de Conservação em relação ao meio físico, biótico e socioeconômico. A conclusão da Câmara Técnica era pela aprovação do relatório com ressalvas contidas na Nota Técnica 06/2022/CT-Bio. Antônio de Pádua, representante do ICMBio, fez considerações sobre as solicitações contidas na Nota Técnica e ressaltou sobre impacto relevante não considerado no relatório no que tange à gestão da UC.
<b>Manifestação</b>	Laila Medeiros agradeceu o engajamento dos envolvidos no trabalho e frisou que a agenda de trabalhos para o ano continha diversas atividades. Juliana Bedoya confirmou que o prazo proposto na minuta de deliberação estava razoável, apenas ressaltando que o plano de ação seria feito em conjunto com a CT-Bio e com os gestores das Unidades.
<b>Deliberação nº 596</b>	Aprovada sem objeções.

#### Item 9 – FALA DAS PESSOAS ATINGIDAS.

##### 9.1 Oportunidade de fala aos atingidos em temas gerais.

<b>Discussão</b>	O Sr. Walkimar relatou preocupação em relação aos cortes de auxílios financeiros dos pescadores profissionais, sob alegação de que os nomes não constavam na lista do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); contudo, mesmo conseguindo declaração do MAPA, alguns pescadores não foram reintegrados. Ludmilla Oliveira, MPF, informou que a questão estava sendo tratada no Eixo Prioritário 7 e solicitou que fossem encaminhadas informações formalmente no âmbito da CT-OS para checagem sobre descumprimento de decisões. Jadir de Assis fez relato sobre processo junto à Fundação Renova e junto ao MAPA, no qual a Fundação encaminharia a lista para análise do MAPA e envio das declarações para resolução da situação. Joeci Lopes parabenizou o trabalho da CT-OS e ressaltou que compreende a angústia relatada por Walkimar. Mariângela de Lourezo relatou morosidade no pagamento de lucro cessante de profissionais que entregaram toda a documentação solicitada pela Fundação. Rodolfo Zulske afirmou que foram feitos cortes generalizados se utilizando de má fé sob alegação de supostas fraudes e, mesmo com a documentação entregue, a situação não foi resolvida. Thiago Carrion explicou que a questão já está sendo tratada em âmbito judicial e que uma nova deliberação sobre o tema poderia imputar mais atraso à questão, uma vez que seria nova peça no longo processo já movido.
------------------	---

Por fim, às dezessete horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e dois, o Presidente Suplente, Thiago Carrion, finalizou a reunião agradecendo à participação de todos. Em vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, às catorze horas e doze minutos, por meio de vídeo conferência e pela plataforma Teams e transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=EExThnuEhQo> teve início o terceiro dia da 61ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

#### Item 8 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA).

##### 8.1. Análise de pleito do Município de Rio Doce/MG.

<b>Discussão</b>	Luiza de Carvalho fez apresentação da Nota Técnica 112/2022/CT-SHQA, sobre alteração no valor do pleito no valor de R\$93.952,00, do município de Rio Doce/MG, referente a esgotamento sanitário. A prefeitura municipal de Rio Doce solicitou à CT a complementação do valor do pleito, com justificativa esclarecendo que durante a execução das obras surgiram pequenas dificuldades que em sua maioria demandam ajustes simples; o novo orçamento foi realizado e a obra de São José do Entremontes teria déficit de R\$93.952,00. A prefeitura encaminhou planilha orçamentária para embasar o novo valor pela obra, foram apresentados todos os documentos necessários e a CT considerou apta a alteração do valor do pleito com utilização da correção do IPCA. Corrigido pequeno erro de digitação na minuta de deliberação.
<b>Manifestação</b>	Sem manifestações por parte da Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 597</b>	Aprovada sem objeções. Mesma deliberação aprovada para todos os itens do ponto 8 da pauta.

**Item 8 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA).****8.2. Análise de pleito do Município de Santa Cruz do Escalvado/MG.**

<b>Discussão</b>	Pleito do município de Santa Cruz do Escalvado/MG para aquisição de caminhão basculante no valor de R\$ 480.000,00; veículo utilizado para auxiliar na coleta seletiva para coleta e transporte dos resíduos até UTC. Foram apresentados todos os documentos necessários e a CT considerou apto o novo pleito. Do valor total, seria utilizado R\$ 78.205,59 do saldo do IPCA.
<b>Manifestação</b>	Sem manifestações por parte da Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 597</b>	Aprovada sem objeções. Mesma deliberação aprovada para todos os itens do ponto 8 da pauta.

**Item 8 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA).****8.3. Análise de pleito do Município de Marilândia/ES.**

<b>Discussão</b>	O município de Marilândia/ES solicitou aquisição de terreno para implantação de estação de tratamento de esgoto ETE da Sede, no valor de R\$ 20.000,00. O pleito está previsto no plano municipal de saneamento básico do município, o estudo de concepção para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da sede de Marilândia foi concluído e aprovado pela instituição financeira, foram apresentados os documentos contendo avaliação do imóvel indicado pelo estudo de concepção. A CT analisou a documentação entregue e o pleito foi considerado apto.
<b>Manifestação</b>	Sem manifestações por parte da Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 597</b>	Aprovada sem objeções. Mesma deliberação aprovada para todos os itens do ponto 8 da pauta.

**Item 8 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA).****8.4. Análise de pleito do município de Naque/MG.**

<b>Discussão</b>	O município de Naque/MG solicita novo pleito no valor de R\$143.368,93 para aquisição de terreno para implantação da ETE na sede do município; toda documentação necessária foi enviada (ofícios, NT, laudo de avaliação do terreno, e o decreto municipal a fim de desapropriação desse terreno). A CT também considera apto o pleito para aquisição do terreno.
<b>Manifestação</b>	Sem manifestações por parte da Fundação Renova.
<b>Deliberação nº 597</b>	Aprovada sem objeções. Mesma deliberação aprovada para todos os itens do ponto 8 da pauta.

**Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI) - RETOMADA****6.3. Encerramento da Cláusula 142 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta.**

<b>Discussão</b>	Thiago Carrion informou tratar-se de impasse temporal e geográfico, uma vez que há a possibilidade de existência de outros municípios atingidos além dos considerados no momento de assinatura do TTAC; outra questão seriam os gastos extraordinários que poderiam surgir além do primeiro momento do desastre, neste cenário, havia insegurança no Comitê em atestar quitação de todo e qualquer gasto. Poderia gerar impacto nas discussões sobre planos de saúde no SUS e outras questões específicas. Severino Alves sugeriu a retirada do item de pauta para análise dos gastos que compõem a quitação. Margareth Saraiva informou que a memória de cálculo havia levado em consideração diversas variáveis envolvendo diversos temas, e que havia sido consensuado entre CIF, Fórum de Prefeitos e Fundação Renova; portanto, não foram apropriados gastos específicos de execuções municipais pelas dificuldades de comprovação documental. Após manifestação, Thiago Carrion informou que tratava-se de postura cautelosa do Comitê diante do conhecimento do recorrente comportamento das mantenedoras em juízo, sendo necessário entrar em maiores detalhes para garantir segurança na decisão e evitar possíveis ambiguidades de interpretação.
<b>Manifestação</b>	Ana Cristina Lage afirmou que a construção da metodologia de memória de cálculo estava respaldada na Nota Técnica 62/2022/CT-EI e outros documentos, tratando-se de programa muito específico relacionado a gastos emergenciais. Não haveria intenção da Fundação Renova de se isentar de suas responsabilidades em outras áreas, porém essas áreas já teriam programas e ações específicos em curso.
<b>Encaminhamento E61-6.3</b>	Pauta adiada para próxima reunião com designação de relatoria da questão para os membros Severino Alves e Margareth Saraiva: avaliar a consequência da não inclusão dos municípios considerados atingidos por deliberação, assim como o impacto em outros programas do TTAC.

Por fim, às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, o Presidente Suplente, Thiago Carrion, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 61ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo.



Documento assinado eletronicamente por **MOARA MENTA GIASSON, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo**, em 16/08/2022, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **13298183** e o código CRC **387212C2**.